

GÊNESE E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS NA REALIDADE BRASILEIRA E AS PARTICULARIDADES DO SEMIÁRIDO

Genesis and Evolution of Family Farm: Challenges in Brazilian Reality and Specifics in its Semi-Arid

Amílcar Baiardi

DSc em Economia, Universidade Católica do Salvador - UFBA, Salvador-BA. E-mail: amilcarbairdi@uol.com.br

Resumo: o artigo analisa a origem, a natureza e as características da Agricultura Familiar, focando seu desenvolvimento desde a pré-história até a contemporaneidade e reflete sobre seu surgimento e atualidade no Brasil. Visa também apontar problemas atuais relacionados às dificuldades para a agricultura familiar se constituir um ordenamento produtivo estável, economicamente viável e ambientalmente sustentável. O método utilizado consistiu em consulta a textos de história das ciências agrárias, de história econômica, bem como a publicações de vários autores sobre o tema realidade agrária e agrícola do Brasil e dinâmica da agricultura brasileira. Conclui apontando possibilidades de sucessos e insucessos da agricultura familiar na atualidade, no Brasil e no bioma Semiárido.

Palavras-chave: história da agricultura, agricultura familiar, agricultura familiar no Brasil.

Abstract: this paper analyzes the origin, the nature and characteristics of Family Farming, focusing on its development from prehistoric to contemporary times. It also reflects on its birth in Brazil until nowadays. It points out current problems related to family farming difficulties in order to constitute a stable, economically feasible and environmentally sustainable production system. The method adopted consisted in bibliographic research on texts concerned to agricultural science history, economic history and publications from various authors on agrarian and agriculture reality in Brazil and dynamics of Brazilian agriculture. Finally, the text draws conclusions pointing out possibilities of successes and failures of family farming today, in Brazil and in the semi-arid biome.

Keywords: history of agriculture, family farming, family farming in Brazil.

1 Introdução

A agricultura familiar não é a primeira e nem a única modalidade de organização produtiva na história da humanidade. Ao tratá-la há que se ir aos clássicos, buscar suas raízes, examinar a teoria das transformações históricas e da diferenciação geográfica dos sistemas agrários e, à luz de inúmeras conceituações e debates, formular as seguintes perguntas: A agricultura familiar sobreviverá a qualquer sistema econômico? Estará a estrutura produtiva agrícola se concentrando e o campo se esvaziando enquanto tendência irreversível no Brasil e no mundo? Como conceituar contemporaneamente a agricultura familiar onde quer que ela ocorra? Que tipos ou estilos são mais comuns no Brasil e no Nordeste?

Partindo da primeira revolução agrícola, acontecimento do estágio neolítico, procurar-se-á examinar a origem da agricultura familiar, como consequência das mudanças técnicas e organizacionais que tiveram lugar há cerca de 10 mil anos. Neste percurso, o que se constata é que, malgrado marchas e contra marchas no sentido da concen-

tração da área produtiva e da produção, a agricultura familiar sempre esteve presente na história da agricultura. Nem as concentrações impostas por razões políticas e ideológicas, como as coletivizações forçadas na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS) nos anos trinta da primeira metade do século passado e no Camboja mais recentemente, nem mesmo os condicionamentos impostos pelos paradigmas de produção agrícola, concebidos após a revolução industrial e dos quais surge a monocultura, a plantation e a produção em larga escala, determinaram o fim da agricultura familiar.

Obviamente que a agricultura familiar mudou. Atualmente ela é menos funcional à família e à comunidade local, integra-se em cadeias agroindustriais, submete-se a monitoramentos visando a padrões de qualidade ensejados pelo consumismo moderno e incorpora outras mudanças. Nestas transformações, abrigou outras atividades rurais e não agrícolas. Contudo, teimosamente tem mantido seu caráter, sua natureza, não obstante a diversidade de formas e de estilo. Sua capacidade de sobreviver, de existir economicamente, só encontra

explicação em determinantes atávicos, relacionados à sobrevivência da família e da comunidade. Há também componentes de simbolismo. Grande parte dos residentes em cidades de portes pequeno e médio na Europa, e também no Brasil, valorizam a propriedade ou a posse de um pequeno estabelecimento rural para se abastecerem de frutas, hortaliças, ovos e eventualmente produzir derivados como vinhos, queijos, compotas e embutidos.

Como explicar isto? Como explicar que o produtor familiar, pequeno, médio ou grande, de tempo pleno ou parcial, encontre prazer em desenvolver atividades manuais nos estabelecimentos durante feriados, mesmo que isto não tenha nenhum significado econômico? Há algo na relação homem-terra-natureza que requer permanentemente atualizações e reflexões em termos de investigação. Uma hipótese é que produtor familiar, mas em certos casos também o patronal, com grau menor, tenha uma relação lúdica com a terra.

Isto é tão verdade que mesmo diante de grandes vicissitudes como a falta de chuvas no Nordeste, o produtor familiar resiste a encerrar a atividade e migrar para a cidade. Estas percepções e evidências explicam porque a agricultura familiar se mantém além de razões econômicas e sociais. Por este motivo, deve-se relativizar cenários que sugerem estar em curso um amplo processo de modernização do latifúndio e de diferenciação camponesa no sentido leninista¹, o qual, no limite, faria desaparecer ou perder relevância o estabelecimento familiar de produção. Esta tese é tão irreal quanto crer que a produção patronal não sobreviverá porque a renda da terra e a taxa de lucro seriam destruídas na agricultura empresarial capitalista. Há razões fortes para supor que na realidade brasileira tanto o estabelecimento patronal como o familiar têm espaço, passando por adaptações e metamorfoses (BAIARDI, 1987, 1999).

2 Gênese e desenvolvimento da agricultura familiar

Evidências pré-históricas demonstradas com base na cultura material sugerem que a organização familiar da agricultura emerge quando os sistemas coletivos presentes no Neolítico começaram a perder força por conta das mudanças nas estruturas sociais e nas aglomerações urbanas. Durante a primeira revolução agrícola - que tirou o

Homo sapiens da condição de nômade em que se encontrava por cerca de 200 mil anos e o fixou no território – predominou, por muito tempo, um ordenamento coletivo da agricultura, baseado na posse comunal da terra. Segundo Moseley e Wallerstein (1978), é possível, com base em uma visão evolucionista no âmbito da sociologia pré-capitalista, falar de dois modos de produção que surgiram com as primeiras organizações humanas: o modo caçador e coletor, mais cooperativo, igualitário com compartilhamento e reciprocidade e o modo agricultor, com divisão de trabalho, apropriação da terra, hierarquia etc.

Consoante ao entendimento de Mazoyer e Roudart (2010), no âmbito do que seria o modo de produção agricultor, não é simples precisar como as organizações sociais respondiam às necessidades de produzir, distribuir, reservar para sementes e armazenar os alimentos. Essas organizações entendiam o imperativo de criar mecanismos que favorecessem a sobrevivência e a coesão social com vistas a garantir a sustentabilidade dos sistemas agrários de cultivo e pastoreio. Para os autores, os sistemas agrários pluviais, hidráulicos, localizados nas várzeas dos grandes rios, requeriam mais ação coletiva que os sistemas de desmatamento, queima e cultivo, que acontecia distante das margens dos rios, em terra firme. Concordando com a argumentação dos quatro autores referidos, é possível admitir que a apropriação da terra comunal para fins de constituir uma organização agrícola diferente da organização coletiva, que viriam a ser mais à frente a agricultura patriarcal ou familiar, se dá, precipuamente, nos sistemas de terra firme, afastados das várzeas inundáveis, onde se procedia o cultivo com irrigação de vazante.

Com a complexidade da vida social nos aglomerados populacionais - surgidos após a fixação dos nossos antepassados no território e sua concomitante transformação parcial de coletores e caçadores em agricultores – tem início a urbanização na forma de vilas e posteriormente cidades, muitas delas Cidade-Estado, com autonomia política. Esta trajetória de evolução dos ordenamentos políticos, junto com o advento da Idade do Metal, faz com que a propriedade comunal deixe de ser a organização produtiva hegemônica. A corroborar com este processo de desaparecimento do ordenamento coletivo da agricultura e surgimento das formas familiar e patriarcal, estão as primeiras guerras de conquista que determinaram o aparecimento de um destacamento militar que viria, mais tarde, ser a nobreza. Este grupo social passa a reivindicar para si parte das terras comunais e impõe o trabalho compulsório aos vencidos, fazendo nascer a escravidão.

1 Lenin (1973) sugeria que no sistema capitalista o progresso técnico e o mercado conduziriam a forma de produção camponesa à extinção, pela diferenciação que levaria algumas unidades a se tornarem empresas capitalistas e outras a desaparecerem, por incapacidade de concorrer e de se concentrar.

Tem-se aí a gênese da organização patriarcal que se tornou predominante, que se baseava no trabalho escravo, mas que consentia existir no território formas alternativas que seriam a agricultura baseada no trabalho familiar e organização comunal, não necessariamente igual à que ocorreu no Neolítico. Contudo, esta trajetória não se deu de modo homogêneo e nem concomitantemente nos vários territórios nos quais já prosperava a agricultura e a pastorícia, que levaram ao nascimento das civilizações antigas.

Segundo Weber (2007), antes do advento da idade dos metais e mesmo após ela, na Europa Central, Nórdica e Oriental, a apropriação da terra se dava por estirpe ou por comunidade e elas estabeleciam uma funcionalidade com a vila, aglomerado de residências, dispondo-se as áreas destinadas à agropecuária concentricamente, em faixas circulares, sendo a primeira destinada às hortaliças, a segunda aos cereais e a última à pastorícia. Este modelo, tipicamente germânico, nórdico e eslavo, retardou o aparecimento da propriedade senhoril, que nestas regiões surgia por diferenciação de dignidade, como os chefes das estirpes se transformando em nobres e justificando o direito de apropriação das terras comunais em decorrência do papel que desempenhavam nas ações de guerras. De posse de este poder, muitas vezes usurpado de conselhos comunais, estabeleciam deveres de produção para o conjunto da estirpe ou comunidade e aos agricultores que não integrassem as milícias ou corpos de exército. O próprio Weber (1988) chama atenção para as variações e não sincronias existentes entre o que se passava na Europa Central, Nórdica e Oriental e o que ocorria nas civilizações do norte da África e no Mediterrâneo, que foram pioneiras no uso do metal para fabricação de armas e de instrumentos de trabalho. Para o autor, o pioneirismo no uso de artefatos de maior letalidade, as armas, e de instrumentos de trabalho com maior eficiência por parte da população disposta nos territórios do que hoje se denomina Bacia do Mediterrâneo, fez com que a agricultura de ordenamento comunal cedesse espaço a novas formas baseadas na apropriação da terra, mas que, necessariamente, ela não desaparecesse.

No Mediterrâneo, mais precisamente na Grécia, as terras, na sua totalidade eram, públicas, pertenciam às comunidades, quando do início da Cidade-Estado grega. Eram as comunidades que, no exercício da mais plena autonomia, deliberavam entregar a cidadãos chefes de famílias numerosas, parte das áreas de terra agricultável, para que eles produzissem e vendessem nas cidades. A outra parte de terras não alocadas a essa categoria de

chefes de famílias numerosas, eram lavradas pelo governo e por grupos de cidadãos que demonstrassem alguma capacidade empreendedora. A peculiaridade do caso grego é que, mesmo públicas, as terras tinham um uso privado, variando os estabelecimentos em termos de áreas agricultáveis, seja pelo tamanho das famílias, às mais numerosas cabia uma área maior, ou seja, pela capacidade de cultivá-las, expressa em disponibilidade de meios para pagar jornadas de trabalho ou adquirir escravos. O segundo critério já denotava uma associação da atividade agrícola com forma de poder econômico, provavelmente derivado do comércio, e poder político, obtido via exercício de funções de relevo no governo da Cidade-Estado. Surgia, assim, o estabelecimento agrícola patriarcal que utilizava mão de obra escrava, resultante de guerras ou comercializada, mas que também pagava jornadas de trabalhadores livres e detinha recursos para adquirir os insumos agrícolas, sementes, mudas e adubos orgânicos (CHEVITARESE, 2000).

A Grécia Clássica valorizava a atividade agrícola. A via como exclusiva de cidadãos, mas a via exercida também pelos habitantes dos *dêmos*, vilarejos. Estes, malgrado serem economicamente carentes, eram atraídos para exercer os direitos de cidadão. Tanto destes campônios quanto dos patriarcas, o governo das Cidades-Estado exigia eficiência produtiva. A ideia da segurança alimentar como garantidora da liberdade, autonomia e bem-estar da *pólis* estava presente no pensamento grego-clássico: a verdadeira *eleutheria* estaria dependente da *autarkhéia*, que garantiria a *eudaimonia*, segundo Chevitarese (2000, p. 31).

Em outra contribuição para entender a importância do campesinato residente nos *dêmos*, Chevitarese e Argôlo (2002) defendem que, não obstante a carência material, os produtores familiares da Ática participavam da política, demonstravam coesão social e contribuíam para a democracia ateniense.

Segundo Weber (1994), a civilização romana de certa forma acompanhou o espírito da posse da terra na Grécia, mas tinha elementos de peculiaridade. O primeiro deles é reconhecer o direito de colonização, prévio à expansão do Império Romano, o que levava a que a *ager publicus*, a terra pública agricultável nos entornos das vilas e povoados, contemplasse os *fundus*, unidades do território pertencentes a residentes destas aglomerações humanas, que também tinham direitos a tudo que fosse comunitário, já que o *fundus* era uma fração da *ager publicus*. A propriedade privada, seja familiar ou patriarcal, não decorria de uma outorga da *pólis*, mas sim de reconhecimento de direito pré-existente. As

concessões feitas pelo poder público do Império Romano, neste caso predominantemente visando fomentar a propriedade privada patriarcal, se davam quando os direitos não eram devidamente provados, eram precários. Nestes casos, as doações eram acompanhadas de direitos a um quota dos bosques comunitários.

Um outro instrumento do direito agrário romano que acelerou a desagregação da sociedade coletivista foi a lei de usucapião, a posse obtida pelo uso continuado, que se dava com a aquisição também do *ager compascuus*, direito ao pasto comum. Dele se beneficiaram os estabelecimentos familiares e patriarcais. Para Weber (1994), durante o Império Romano, sobretudo nos seus últimos anos quando a crise de abastecimento se instalara e se buscava instituir uma sistema agrário eficiente do ponto de vista da produção de alimentos, foram lançadas as bases do acesso e posse à terra, mantida na Idade Média e, com ajustes determinados, até o presente, permitindo o que o autor chama claramente de capitalismo agrário, que contemplava uma organização no território de latifúndios e de minifúndios. Esta visão é também compartilhada por Mendes (2002), que acentua serem as grandes propriedades voltadas para produtos de maior valor comercial, como uvas e olivas, e os minifúndios para produção de alimentos.

As relações de produção na agricultura no Império Romano, sobretudo antes de sua desintegração, já exibiam modalidades que viriam a ser muito comuns posteriormente, na Idade Média, Idade Moderna e até contemporaneamente. Trata-se do arrendamento de parcelas do latifúndio para produtores familiares independentes. De acordo com Machado (2002), isto se tornara uma prática comum, revelando um absenteísmo dos latifundiários, mais inclinados a residir nas cidades. Esta parcela do campesinato que não tinha acesso à propriedade da terra era, então, denominada de colonos.

Antes, na fase de transição do Império Romano para a Europa feudal, havia uma divisão muito clara da superfície passível de ser cultivada. Uma delas era denominada *terra indomnicata*, que significava reserva senhorial e que era gerida diretamente pelo senhor feudal, herdeiro da tradição patriarcal. Na *terra indomnicata* havia as benfeitorias formadas por residência, celeiros, estábulos, moinhos, oficinas artesanais, área de pastoreio, bosques e terra cultivável. As pastagens e áreas florestais existentes na reserva senhorial eram, por direito costumeiro, de uso de toda a comunidade. Assim, o solo arável da reserva variava de 25% a 50% do conjunto das terras cultivadas do domínio.

A segunda era chamada a *terra mansionaria*, compreendendo um conjunto de pequenas explorações camponesas, designadas nas regulamentações e nas tradições por *mansus*. Cada unidade produtiva e fiscal do domínio contida no *mansus*, media em torno de 15 hectares e desta unidade a família camponesa tirava, mediante o cultivo e a criação, sua subsistência. Esta categoria, dependendo das concessões ou benefícios recebidos, se obrigava a prestar serviços ao senhor feudal, bem como, periodicamente, entregar parte do que produzira. Neste estágio já havia desaparecido o que se conhecera como *mansii serviles*, que eram as terras ocupadas por ex-escravos, que vieram se transformar em servos. Os *mansii ingenuiles*, por sua vez, eram ocupados por camponeses livres. Os *mansii* não eram iguais na Europa medieval, tinham estatuto jurídico distintos que contemplavam maiores ou menores direitos do seu detentor (FRANCO JUNIOR, 2001).

À medida que os últimos vestígios da ordem romana se desfaziam e surgia a ordem medieval, na alta Idade Média, a produção familiar se expandia numericamente e com ela a população do campo que respondia por quase 70% da população total, segundo Costa (2002). Esta é uma fase na qual as estruturas políticas do Estado Grego Helênico e do Estado Romano desapareceram. Em seu lugar se dá fragmentação do poder e a desobrigação dos sistemas políticos em relação às populações. O quadro de anomia não era pior porque a Igreja Católica, de acordo com Gelner (1992), se transformou em uma espécie de Estado medieval, estimulando condutas políticas compatíveis com a cristandade e estabelecendo editos que eram seguidos pelos nobres que governavam os feudos. Entre eles estava o que extinguiu a escravidão, permitindo aos habitantes do meio rural na condição de posse precária da terra e de escravo, ascender à condição de servo, apropriando-se de parte do que produzisse. Os que já detinham a posse e propriedade da terra, os *mansii ingenuiles*, tiveram seus direitos assegurados e, em muitos casos, passaram a gozar de alguns privilégios relacionados à atividade artesanal.

Durante o Império Romano e durante os reinados germânicos que o sucederam, as cidades da Europa Ocidental haviam se expandido, mesmo em meio às várias crises de abastecimento com origem na insuficiente produção de alimentos e na instabilidade política. A razão para tanto é que exerciam uma função muito especial: constituírem-se em local onde se realizavam múltiplas operações de comércio. Atuavam, simultaneamente, como mercados terminais e como entrepostos nas grandes

rotas de intercâmbio. Sediavam feiras regionais e desempenhavam um papel de extrema relevância na integração econômica e política, em uma época em que os meios de transporte eram precários, requerendo muitos estágios entre a origem e o destino final das mercadorias. A crise de abastecimento que se instalou após a completa derrocada do Império Romano só foi atenuada pela agricultura familiar feudal que viabilizaria a geração de excedentes e permitiria a retomada da vida nas cidades que entraram em decadência, ensejando uma via social mais complexa e o surgimento de um artesanato mais forte que, posteriormente, iria se organizar em guildas. Este artesanato diferenciado se constituiu em trabalho especializado, diferente da servidão e proporcionou o surgimento de outra classe social na estrutura medieval. A referida sustentação da vida urbana, que se ampliaria na medida em que a Idade Média avançasse, se deveu a um fortalecimento da agricultura familiar vis à vis a agricultura patriarcal (BAIARDI, 1997).

Há certo consenso no meio acadêmico brasileiro, no sentido de que os agentes da agricultura familiar medieval, seriam os únicos aos quais se deve aplicar a denominação de camponês. A razão para isto seria a peculiaridade, uma forma de produção específica, que durante a Idade Média combinava uma agricultura polivalente com o artesanato doméstico, determinando uma grande autonomia de abastecimento e baixa dependência do mercado, tanto no que se refere à aquisição de bens como à venda de seus excedentes para garantir a sobrevivência. No caso do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, o rigor conceitual se tornou mais explícito a ponto da palavra camponês, quando relutantemente empregada, muitas vezes para estilizar a escrita, era colocada entre aspas, como no caso de "camponesa", vide Graziano (1981, p. 69). Esta questão foi solucionada naquela comunidade na década de oitenta do século passado, mediante intensos debates entre vertentes de pesquisadores voltados para temas rurais no Brasil. Estabeleceu-se, então, que a denominação de camponês tem condicionamentos históricos relacionados com a transição da economia natural e da organização fundiária herdada do Império Romano para o sistema feudal, não se aplicando ao caso brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1981; SILVA, 1983; SZMRECSÁNYI, 1983a, 1983b, 1984, 1990).

Nesta parte do texto, referida à Idade Média, poder-se-á empregar a palavra camponês como equivalente à agricultura familiar, que em outros idiomas também serve para definir a pequena produção moderna, como peasant, paysant, contadi-

no, campesino etc. Isto teria um sentido simbólico porque foi durante a Idade Média que a produção familiar mais contribuiu para o abastecimento, mais gerou ocupação e de modo agregado também mais gerou renda, sem esquecer que o camponês medieval tinha uma dieta superior a quem vivia nas cidades, ver Baiardi (1997, p. 455).

A importância do campesinato medieval não se restringia ao abastecimento das cidades de alimentos "in natura" ou processados, de roupas, de chapéus etc. A ele é atribuída também a origem social da democracia, a rota democrática para a sociedade moderna, segundo Moore (1977). Com efeito, as revoltas camponesas do século XIX na Europa foram decisivas para criar uma cultura democrática.

A agricultura medieval se estrutura a partir das mudanças nos tipos de domínio fundiário que vinham do Império Romano e gera três tipos de sistema de produção: 1) as terras de uso do senhor feudal; 2) as terras de uso comunal, mas de posse legitimada pelo senhor feudal e 3) as terras dos camponeses, oneradas ou não por corveias e rendas e herdadas pelo senhor feudal. Além destes três tipos, os camponeses detinham uma pequena área cercada, próxima à residência, destinada ao cultivo de frutas e legumes.

Na terra do senhor desenvolvia-se uma agricultura em escala maior, na qual trabalhavam os servos e os assalariados, que não detinham a posse da terra. Os resultados do cultivo nessas terras pertenciam integralmente ao senhor feudal, que cuidava da alimentação e das necessidades dos produtores. As terras de uso comunal, se constituíam em pântanos, florestas e pradarias. Nos pântanos e florestas os camponeses retiravam turfa e madeira para suas necessidades energéticas e artesanais. Nas pradarias os aldeões mantinham seus animais para se proverem de lã, carne, leite ou força animal para tracionar arados e carroças. Os resultados do que era cultivado ou extraído nas terras de uso comunal eram apropriados na sua quase totalidade pelos camponeses. As terras dos camponeses, por sua vez, eram destinadas às lavouras, onde se praticava, basicamente, a cerealicultura. Nestas, face ao seu parcelamento que decorria da necessidade de dotar cada família com condições similares em área e fertilidade, o trabalho de arroteamento do solo era coordenado e muitas vezes coletivo, estabelecendo-se a individualidade da posse através de cercas e limites quando os cereais começavam a crescer (BAIARDI, 1997).

A agricultura familiar medieval ou agricultura camponesa da Idade Média também foi protagonista de mudanças técnicas. Inúmeros são os

agrônomos medievais, como Palladio, Crescenzi e Alamanni, que em suas obras, algumas delas já não escritas em Latim, mas sim no italiano vulgar, evidenciavam um conhecimento agrônômico avançado por parte dos camponeses medievais, resultado de observações rigorosas e de experiências, mas tendo todas como preocupação central garantir a associação entre a produção agrícola e a criação de animais, com a manutenção da biodiversidade e da fertilidade.

Destarte, constata-se que houve influência das formas de produção e de vida do campesinato medieval sobre o pensamento agrônômico, neste período da história no qual os laços entre o homem e a natureza foram mais intensos. Os autores sinalizavam existir uma práxis indutora de uma trajetória que visava aliar maior eficiência produtiva com manutenção da paisagem e da fertilidade das terras. Estes preceitos levaram à segunda Revolução Agrícola - a que desenvolveu técnicas de aproveitamento dos solos orgânicos e pesados e que foi diferente da Primeira Revolução que se deu nos solos leves das várzeas - como também orientaram os paradigmas produtivos sucessivos nas ciências agrárias.

Os fundamentos de convívio equilibrado do produtor rural com a natureza que estão presentes ao longo da evolução do pensamento agrônômico, recebeu significativa contribuição da agricultura familiar medieval, a agricultura camponesa. Avanços ulteriores nas ciências agrárias incorporaram estas noções e todas as vertentes do pensamento agrônômico delas se beneficiaram (BAIARDI, 1997, 2013).

Os elementos virtuosos da agricultura camponesa, seu equilíbrio com a natureza, sua diversidade, a qualidade dos produtos in natura e beneficiados, foram objeto de análise de vários autores durante a Revolução Industrial. A estes chamava atenção o fato do operariado industrial, formado por camponeses que abandonaram suas terras ou a tiveram reduzidas em decorrência dos *Enclosure Acts*, leis de fechamento dos campos comuns, estarem com uma qualidade de vida bastante inferior àqueles que conseguiram permanecer nas aldeias, que tinham uma dieta alimentar rica e variada, segundo Gatto (1997). As condições degradantes foram salientadas por pensadores da economia política e Karl Marx, além destas críticas, manifestava uma particular atenção pelo que denominava de "falha metabólica", as consequências para a natureza decorrentes de migrações em massa que esvaíavam o campo e sobrepovoavam as cidades, ver Baiardi e Dulley (2012).

3 Natureza, lógica, variações e espaço da agricultura familiar na contemporaneidade

A agricultura familiar, independentemente de denominada camponesa ou não, o que sugere mais uma visão de mundo que uma essência, tem suas características definidas pela primeira vez por Chayanov (1974). O autor tentou defini-la a partir de sua natureza enquanto forma organizativa da unidade econômica agrícola gerida pela família, visando precipuamente garantir a sobrevivência, base para uma eventual diferenciação futura.

As contribuições de Chayanov (1974), ocorridas na segunda década do século XX, geraram sucessivos debates entre a denominada 'Escola da Organização e Produção', fundada pelo mesmo, e o pensamento marxista, influenciado então pelas obras de Lenin, e de Kautsky, uma vez que Marx não dera em sua obra a atenção devida ao campesinato.

A essência do debate residia naquilo que se poderia chamar da 'motivação', ou impulso organizativo da agricultura familiar, tido por Chayanov como decorrente de uma avaliação subjetiva baseada na longa experiência de vida e na cultura dos predecessores. Para o pensamento marxista a 'motivação', ou impulso organizativo seria dado pelo mercado. Chayanov, via no artesanato e no campesinato o trabalho da família como a única possibilidade de geração de renda. Para o autor, nestes sistemas de produção familiar, o estrito cálculo capitalista do lucro, estaria ausente. O produtor familiar ou camponês não raciocinaria da mesma maneira que o capitalista, esperando receber um retorno de um investimento de capital realizado. Racionaria como um trabalhador independente que espera uma recompensa ulterior por um esforço realizado, previamente, com base no trabalho da família.

Por outro lado, para Marx (1974) e seguidores, a economia camponesa, por definição, era uma economia mercantil com sua lógica e eficiência ditada pelo mercado. O entendimento de Chayanov, entretanto, era que o limite para a utilização dos recursos da família seria dado pelo grau, pela intensidade de uso da força de trabalho familiar. Dito de outro modo, seria a intensidade do uso da força de trabalho, o limite superior da capacidade da família de trabalhar, que significaria o investimento máximo em trabalho ou em bens. Isto porque o trabalho era também a unidade de medida para alocação de jornadas e insumos, já que a aquisição desses últimos se traduzia em grau de utilização do trabalho familiar. O cálculo realizado pelo camponês, pelo

produtor familiar, estaria baseado em um balanço entre a quantidade de trabalho a ser aplicado e a quantidade de consumo da família. Estaria aí determinado o volume da atividade econômica familiar. Esta conduta, segundo Chayanov, conferiria um poder competitivo e de sobrevivência à produção camponesa, frente à produção capitalista, muito maior do que se previra nos escritos de Marx (1974), de Kautsky (1974) e de Lênin (1973).

Os problemas decorrentes da baixa produtividade e de subutilização de fatores, vistos por Marx e seguidores como de transferência de mais valia do meio rural para outros setores, eram entendidos por Chayanov como ausência de estímulos em produzir um maior excedente. Em síntese, para Marx e seguidores o que contava seriam as transações entre o campesinato enquanto classe, de um lado, e o sistema econômico, de outro, ao passo que para Chayanov contavam os mecanismos com base nos quais um ator dado toma decisões em um sistema de produção, ainda que não tenha de maneira absoluta consciência do que estivesse fazendo. Posteriormente, analistas desta controvérsia, entre eles o próprio Chayanov, simplificaram a discordância, afirmando que a abordagem marxista era de nível macroeconômico e a de Chayanov de nível micro-econômico.

Sobre este tema, buscar encontrar a motivação da organização produtiva familiar e da lógica interna e orgânica de seu funcionamento, Tepicht (1990) aduz que a cultura camponesa valoriza a tendência a prover maior esforço possível levando em conta as limitações naturais, de estrutura agrária, de mercado etc, visando adquirir, por meio do trabalho, todo o incremento possível de renda, seja em dinheiro ou em bens. E como este esforço se reveste, na maioria dos casos, na forma de pura e simples extensão do tempo de trabalho, a regra inerente a esta cultura poderia expressar-se pela divisa: tempo livre igual a tempo perdido.

Isto explicaria o fato do trabalho familiar na unidade gerida pela família, não se reger por jornadas e não ser limitado aos dias úteis ou à presença da luz solar. Em continuação, este mesmo autor (1972), analisando o caso do seu país, da Polônia, conclui que é fundamental, no âmbito da produção familiar, mensurar o grau de envolvimento do produtor com o mercado. O nível de envolvimento poderia levar à distinção do que seria o *farmer*, agente de um estabelecimento gerido pela família, mas com um nível elevado de integração ao mercado, do *peasant* ou camponês, agente que organizaria o estabelecimento visando a uma integração mercantil parcial. De acordo com Tepicht, o *peasant* – cujas

características são: a) constituir uma unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família, b) usar intensivamente o trabalho e c) ter uma natureza patriarcal na sua organização social – é uma forma de organização produtiva que, não obstante tenha existido em todas as formações sociais, tenderia ser destruída pelo capitalismo, o que não aconteceria com o *farmer*.

Moore (1970) tem também uma definição para a condição de camponês:

1) A previous history of subordination to a landed upper class recognized and enforced in the laws...; 2) sharp cultural distinction and 3) a considerable degree of 'de facto' possession of the land.

Frank Ellis (1993) esboça, quase duas décadas depois de Tepicht, uma complementação conceitual para o *peasant*, mas não compartilha da fatalidade do desaparecimento. Para Ellis, a definição de campesinato, em termos econômicos, se dá por: 1) estar integrado parcialmente aos mercados e 2) terem estes mercados um caráter incompleto.

Abramovay (1992), por outro lado, utiliza autores, entre os quais os clássicos estudos de Schultz e Mellor, para concluir que estas e outras contribuições, iniciadas por Marx, Kautsky e Chayanov, permitem sugerir que o tipo de organização produtiva no capitalismo contemporâneo já não é camponesa, embora continue sendo familiar. Na unidade camponesa existe a fusão entre a função produção e a função consumo, o que lhe confere uma flexibilidade que permite uma ausência do mercado. Já na *farm* ou melhor *family farming*, isto não é possível pois ela se guia pela lógica do mercado e, neste sentido, ela não é essencialmente diferente da unidade de produção capitalista no que toca aos fins, embora o seja pela gestão ser familiar (BAIARDI; LIMA, 2013).

No pensamento brasileiro, no âmbito das nas ciências sociais, surge uma classificação da agricultura familiar proposta por Souza Martins (1980), que incorpora particularidades da cultura rural brasileira. Estaria um estabelecimento gerido familiarmente mais próximo ou mais distante da condição camponesa, a partir da concepção que teria seu agente produtivo em relação à propriedade e ao uso da terra. Vê-la como meio de vida, "terra de trabalho", significaria que o mesmo tem valores de camponês. Vê-la como meio de desfrute econômico, "terra de negócio", significaria ter valores de *farmer*.

Ao tratar da história, da natureza e da lógica das economias camponesas na América Latina, Chonchol (1994, p. 387) afirma que o campesinato

constitui um grupo social que apresenta quatro características, ligadas entre si:

- 1) a unidade de produção familiar como essencial e multifuncional; 2) o cultivo da terra e a criação de animais como principal meio de vida; 3) uma cultura tradicional específica e intimamente ligada às formas de vida das pequenas comunidades rurais e 4) subordinação ao poder de entidades sociais exteriores à comunidade camponesa (CHONCHOL, 1994, p. 387).

O mesmo autor, citando Redfield (1989), também apresenta a ideia, já sugerida por Abramovay (1992), que o campesinato seria uma categoria de transição entre a economia natural (tradicional) e a agricultura familiar (moderna), esta última plenamente inserida no capitalismo contemporâneo. Destarte, *peasant* é o produtor familiar com valores e modo de vida tradicionais, integrado intimamente com a agricultura, mas que não realiza investimento, visando obter lucro. O *farmer*, por sua vez, exerce a agricultura como um comércio e vê a terra, não como um modo de vida, mas como capital e mercadoria (BAIARDI; LIMA, 2013).

4 Agricultura familiar no Brasil, identidade e desafios

A hipótese mais aceita para o surgimento da produção familiar no Brasil ainda é a proposta por Ciro Flamarion Cardoso (1979), que a vê como iniciativa de homens livres nas brechas da *plantation* açucareira. Sua tese é convergente com a pesquisa de Kowarick (1987), que mostra o desinteresse de ex-escravos em permanecer na atividade agrícola. Esta forma de produção na agricultura recebe um impulso a partir das imigrações não ibéricas que têm início em meados do século XIX.

Em uma tentativa exploratória de estabelecer uma tipologia da agricultura familiar no Brasil, Baiardi (1999) propõe a existência de cinco tipos de estabelecimentos rurais com gestão familiar, que iriam do tipo **A** ao tipo **E**, variando entre si em termos de escala de produção, de área cultivada, de uso de tecnologias modernas e de inserção no mercado.² Esta tipologia, que se fundamenta na história

2 O tipo **A**, constitui-se em um sistema que utiliza tecnologias avançadas, é plenamente mecanizado e inserido no mercado, podendo cultivar áreas com extensão significativa, chegando a 400 hectares. É denominada por alguns autores como agricultura familiar "farmerizada" e está predominantemente localizada no cerrado. Sua gênese tem relação com a migração de pequenos produtores das regiões de colonização europeia do RS, SC e PR para o bioma cerrado, que se distribuiu por vários estados. O tipo **B** seria a agricultura familiar integrada verticalmente, cuja gênese tem relação com a implantação de agroindústrias em regiões de colonização europeia e que, mais à frente, se dispersam pelo País passando a incorporar agricultores familiares com outra origem, inclusive assentados

e na cultura dos agentes, não inclui, por limitada expressão numérica vis à vis os demais tipos, algumas categorias de estabelecimentos familiares, tais como os extrativistas situados em reservas nas quais é consentida esta atividade, os silvicultores e os integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais. Demais, a tipologia abstrai a Lei 11.326, que se propõe estabelecer o que seria o agricultor familiar, por ser a mesma discriminatória, uma vez que exclui de benefícios estabelecimentos com inequívoco perfil familiar, mas que tenham área superior a quatro módulos fiscais.

A heterogeneidade da organização produtiva familiar na agricultura do Brasil contemporâneo, compreendendo segmentos dinâmicos, que deram certo, que prosperaram e outros com total e absoluta inviabilidade econômica, social e ambiental, não foi prevista, segundo Baiardi (1998), na histórica controvérsia sobre o caráter feudal ou capitalista da agricultura brasileira e nem também sobre o papel que desempenharia neste setor a produção não patronal ou familiar. As visões de Alberto Passos Guimarães (1977 e 1978), por uma parte, e de Caio Prado Júnior (1966) e Celso Furtado (1972), por outra, foram superadas quando foi publicado o traba-

em perímetros irrigados ou projetos de colonização e reforma agrária, bem sucedidos ou emancipados. Utiliza tecnologias avançadas transferidas pela indústria de processamento, sendo as dimensões do estabelecimento menores, podendo atingir até 50 hectares. O tipo **C** seria a agricultura familiar tipicamente colonial que ainda expressa valores dos imigrantes e com maior presença nas regiões serranas do Sul e Sudeste. Sua gênese se relaciona à permanência na área de ocupação colonial de famílias com grande tradição rural e camponesa. Os estabelecimentos deste tipo de agricultura variam em termos de área aproveitada, entre 5 e menos de 50 hectares. O tipo **D** seria a agricultura familiar semi-mercantil, que opera com área muito variável, mas em geral equivalentes ao tipo **C**. Sua gênese em termos de agentes é diversificada com principais raízes em três grupos: 1) nos descendentes de homens livres, inclusive nativos com caldeamento racial, colocados à margem da sociedade de corte patriarcal e patrimonialista, 2) nos descendentes de uma minoria de escravos que, fugindo à regra, demonstravam alguma ambição em se tornar produtores rurais e 3) em um grupo misto que combina descendentes dos grupos anteriores e descendentes de colonos europeus não ibéricos que por inúmeras razões não prosperaram. Mais recentemente, graças às ações da extensão rural, aos Planos de Desenvolvimento Rural Integrados, PDRIs, aos assentamentos de Reforma Agrária, aos perímetros de irrigação e a outras formas de intervenção do Estado, observa-se alguma diferenciação nestes agentes. A do tipo **E** seria aquela agricultura familiar completamente desassistida e cujos agentes têm, em princípio, a mesma gênese histórica do tipo **D**. As vantagens do tipo **E** têm relação com as seguintes causas: 1) estabelecer-se em áreas com menor aptidão para a produção vegetal e com grande carência de infraestrutura; 2) configurar-se com base em segmentos populacionais dispersos, com maior grau de anomia e descrentes quanto à possibilidade de mudar as condições em que vivem, fatalistas, portanto, e 3) ter ficado à margem dos processos de diferenciação por falta de crédito, de assistência técnica e de acesso à terra em condições adequadas.

lho de Moysés Vinhas (1980), o qual, com base em estatísticas oficiais, relativizou o que seriam os 'restos feudais' na agricultura brasileira, indicando que a generalização da forma de produção capitalista na agricultura já era uma realidade incontestável no Brasil, diferentemente da fórmula trinitária sugerida por Marx (1974).

As transformações estruturais da agricultura nacional, na qual se confundem as categorias empresário capitalista e proprietário de terra, a chamada "modernização conservadora", transformou, em decorrência do crédito agrícola subsidiado e da adoção de pacotes tecnológicos gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o latifundiário rentista em empresário capitalista. Estas mudanças, contudo, não levaram a uma concentração de terra que ameaçasse a existência da agricultura familiar. Entretanto, a mecanização que acompanhou este processo de transformação do latifúndio em empresa, reduziu as oportunidades do pequeno produtor trabalhar como diarista, o que contribuiu para a migração campo-cidade. A agricultura familiar não desapareceu com a modernização conservadora. Assumiu várias formas e se tornou um modelo estável e sustentável nas áreas de expansão da fronteira agrícola e em outras áreas já ocupadas (BAIARDI, 1982, 1998).

Na realidade brasileira, a distinção que se estabelece no que tange à razão de ser da atividade produtiva na agricultura, é a busca do lucro por parte do segmento patronal e a busca de um excedente que garanta a sobrevivência, a acumulação e a diferenciação, por parte do segmento familiar, com graus variáveis de inserção no mercado, mas nunca fora dele. A partir destas evidências, perdeu sentido discutir se a concentração da posse da terra, seja ela de caráter latifundiário rentista ou patronal capitalista, inviabilizaria ou não o desenvolvimento da agricultura e da agroindústria. Com o surgimento e expansão do complexo agroindustrial, o crescimento econômico no meio rural se mantém enquanto tendência, malgrado a posse da terra continuasse apresentando altos índices de concentração. Em muitos casos, a grande propriedade rural transformou-se em *plantation*, forma de monocultura voltada, principalmente, para exportação (BAIARDI, 1982).

Independente de como se venha avaliar a capacidade da pequena produção familiar de sobreviver e expandir-se no Brasil, não há como desconhecer que em todo o País houve mudanças na sua organização produtiva, passando a mesma da condição de menos integrada aos mercados, não visando ao lucro em primeiro plano, para mais integrada

aos mercados, visando obter resultados econômicos crescentes. Não obstante existirem elementos que sugerem viabilidade econômica e estabilidade da agricultura familiar no Brasil, o que seria compatível com o papel que este ordenamento produtivo desempenha em economias industrializadas, nas democracias modernas, nos denominados países desenvolvidos³, estudos recentes informam que isto se dá, exclusivamente, entre os tipos **A**, **B** e **C** de estabelecimentos familiares. Há evidências de que as mudanças estruturais na agricultura deixaram à margem parcela expressiva dos estabelecimentos familiares, o que também tem influenciado as mudanças demográficas que indicam uma evolução permanente da taxa de urbanização da população brasileira.

Em estudo recente realizado pela Embrapa, Pereira et al (2012 p. 19) apontam que os benefícios da modernização da agricultura brasileira não se estenderam a todos os agentes e nem a todas as regiões. Ao contrário, em certos casos, impôs dificuldades que levaram a uma drástica mudança na taxa de urbanização no Brasil, De acordo com os autores:

An outstanding effect of these distorting policies to the detriment of rural areas was an accelerated migration process from rural to urban areas, starting in the 1950s. The rural population of Brazil decreased from 64% of the total number of inhabitants in 1950 to 32% in 1980 and 16% in 2010 (PEREIRA et al., 2012, p. 19).

Nesta mesma publicação, Gasques et al. (2012, p. 47-63) informam que as significativas mudanças na agricultura brasileira, levaram a expressivos aumentos na produtividade da terra e do trabalho em alguns estabelecimentos e a um empobrecimento e decadência em outros, atingindo sobretudo as lavouras tradicionais e Região Nordeste. O aumento da produtividade do trabalho levou a uma redução no número de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, passando nas últimas duas décadas de 23 milhões para 16 milhões. Na sequência, o mesmo estudo revela, segundo Barros (2012 p. 98), que estas transformações de incremento da produtividade dos fatores não se estenderam à pequena produção agrícola:

Farmers, more precisely and particularly small farmers, carried and are still carrying the burden of keeping the production system in operation, which can be clearly felt in the loss of land, lack of access to land, and lack of effective actions on the part of public authorities, which still prevails (BARROS, 2012, p. 98).

3 Um dos melhores exemplos de desempenho da agricultura familiar em termos de cooperação, competitividade e desenvolvimento territorial, é dado pelos distritos agroalimentares na Itália, vide Fanfani (2009).

Na linha de salientar os desequilíbrios no setor agrícola brasileiro, os inconvenientes da concentração e as vicissitudes e exclusão da pequena produção desassistida no Brasil, Alves e Rocha (2010) relatam que 8,7 % dos estabelecimentos rurais produzem 85% da produção. Neste extrato são gerados, em média, 80 salários mínimos por mês por estabelecimento. Enquanto isso, os estabelecimentos do estrato mais baixo, que correspondem a cerca de 73% da totalidade, geraram em média 0,43 salários mínimos por unidade, mensalmente. Para os autores, diante deste quadro, não se pode conceber uma solução estritamente agrícola para a pobreza. Estas políticas têm pouca chance de êxito e consagram o desequilíbrio social. Alves e Rocha (2010) informam que mais da metade dos estabelecimentos agrícolas no Brasil têm renda inferior a ½ salário mínimo mensal. De 5. 175. 489 estabelecimentos, 3.775. 826, 72% geraram apenas R\$128,00 em renda por mês, o que representava em 2006 menos da metade do salário mínimo.

Fornazier e Vieira Filho (2012) acompanham estas reflexões. Afirmam que a agricultura vai bem, mas vários produtores se encontram em situação de avançada pobreza, produzindo apenas para a subsistência, tendo rendimentos negativos no estabelecimento. Permanecem na atividade porque aplicam nos estabelecimentos rendimentos provenientes da aposentadoria e de programas compensatórios. Esse fenômeno do “moderno” conviver com o “atrasado”, é denominado de heterogeneidade estrutural (HE). De acordo com os autores, (2012, p. 27).

Na agropecuária brasileira, verifica-se que entre os produtores familiares e não familiares há grandes diferenças em relação aos vários fatores, como as receitas e dispêndios. Entretanto, isso não distingue as duas categorias. Dentro de uma categoria como os familiares há produtores modernos e produtivos, mas há outros que vivem praticamente para a subsistência. Ao mesmo tempo, não se pode dizer que o patronal ou não familiar é sempre o moderno, pois a heterogeneidade está presente no conjunto dos produtores (FORNAZIER ; VIEIRA FILHO, 2012).

Se o quadro nacional é preocupante, o do Nordeste é mais grave. O nordeste abriga 47% da população rural brasileira e as estratégias de sobrevivência da agricultura familiar variam de ecossistema para ecossistema. Na Zona da Mata, ecossistema Mata Atlântica, são relatadas inúmeras experiências de diferenciação da agricultura familiar na direção da sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica, com expressiva inserção no mercado.

O mesmo acontece nas áreas do cerrado, em ecossistemas de altitude e em perímetros de irrigação bem geridos, em todos os estados nordestinos. No ecossistema Mata Atlântica, a agricultura familiar exibe sustentabilidade, viabilidade econômica e se apresenta como estabelecimento diversificado, polivalente, no que concerne às atividades. É comum encontrar estabelecimentos familiares com sistemas agroflorestais. Nos cerrados, os estabelecimentos familiares estão mais voltados para a produção de grãos e de fibras, têm um espectro de atividades menor, mas não são monocultores. Demais, adotam práticas de manejo que evitam erosão, compactação e grave empobrecimento químico dos solos (BAIARDI; RIBEIRO, 2008; BAIARDI; TEIXEIRA, 2012).

Enquanto nestes ecossistemas referidos se pode afirmar que a agricultura familiar tem perspectivas de gerar prosperidade, o mesmo não se pode dizer do ecossistema Semiárido. No Semiárido se observa uma transição da polivalência para a especialização produtiva, na forma da bovinocultura extensiva. Esta especialização está associada à crescente degradação dos recursos naturais, sobretudo solos, o que limita o uso da terra para lavouras tradicionais, que no passado geravam excedentes passíveis de serem comercializados em feiras das cidades interioranas. A bovinocultura no Semiárido baseia-se no pastoreio extensivo da caatinga, com complementação de concentrados, obtidos no comércio local de venda de insumos agropecuários.

Na realidade do Semiárido, esta transição para a especialização produtiva promove maior exposição ao mercado. Contudo, não é a diferenciação que leve a uma melhor condição econômica e de padrão de vida. A especialização produtiva, a depender do território, das políticas públicas e da capacidade de organização social, não vai além de alternativa de sobrevivência. É uma opção da agricultura familiar que traz consigo mudanças que indicam depreciação no padrão de vida, aumento da dependência de alimentos industrializados ou beneficiados, empobrecimento da dieta alimentar e dependência de mercados de carne e de couros, com grau de concentração variável, em certos casos monopônicos.

Em recente estudo, Martins (2012, p. 59) descreve como em duas comunidades rurais do Semiárido baiano a especialização produtiva determinou uma perda de identidade, um esgarçamento do tecido social e produtivo e um agravamento do padrão de vida:

....entre 1940 e 1980 houve um retrocesso das forças produtivas e um ataque à autonomia regional. Na década de 1940 a região exportava

mamona, algodão, feijão, couro, pele, parte significativa era comercialização de excedente de unidades camponesas. A modernização rebai-xou o padrão de consumo da população, qualita-tiva e quantitativa. Em 1980 em termos relativos não daria para exportar nada (MARTINS, 2012, p. 59).

Segundo o mesmo autor, o Semiárido foi inicialmente ocupado por pecuaristas que recebiam grande quantidade de área para criação extensiva e que estabeleceram relações de produção diferentes da escravidão, a qual era inadequada para regular os vínculos do vaqueiro com os proprietários dos rebanhos. Isto exigiu a presença de trabalhadores livres, em geral de etnia branca, que, em contato com tribos indígenas levou à miscigenação que deu origem ao “caboclo”, tipo físico e cultural responsável pelo povoamento do Semiárido (MARTINS, 2012). Dado o acesso livre a terra⁴ no entorno das fazendas, foi se constituindo a unidade de produção familiar que nos primórdios praticava a lavoura de subsistência, a pequena criação de gado bovino, a caça e a extração de mel silvestre, sendo que destas atividades resultavam como mercadorias, apenas, o couro, a rapadura e o queijo do sertão, vendidas no mercado local. A este processo de emergência da produção familiar nos poros dos latifúndios, Cardoso (1979) denominou “brecha camponesa”. Este misto de economia natural com policultura prevaleceu até a segunda metade do século passado, quando a integração econômica começa a dissolver este sistema, mais assemelhado ao *peasant*, como já definido.

5 Considerações finais

Com base nas considerações anteriores sobre nascimento e persistência da agricultura familiar no mundo e no Brasil, é consistente cogitar que as transformações no setor agrícola do País, que ensejaram a denominada “modernização conservadora”, Müller (1979) e Martine (1990), não foram suficientemente inclusivas do ponto de vista social. A grande maioria dos estabelecimentos familiares, tradicionais nas técnicas de produção e no manejo dos recursos naturais, ficaram à margem desse processo, que, em muitos casos, revolucionou o “estado da arte” na agricultura. Isto se deu em todo o País, mas esta exclusão foi tanto mais socialmente perversa em determinadas áreas, no interior de certas regiões, que em outras. Na ausência de intervenções públicas, estes territórios ficaram à margem dos vetores de crescimento econômico.

Este processo de marginalização social, de

empobrecimento generalizado e de degradação dos recursos naturais foi mais enfático no bioma Semiárido. Neste ecossistema, os efeitos em termos de perda de qualidade de vida e redução da diversidade de cultivos foram maiores e com maior intensidade nas áreas deprimidas, com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se constituem os chamados ‘bolsões de pobreza’.

Em outras áreas, segundo Gomes (2001), a “modernização conservadora” do rural nordestino trouxe intensa integração aos mercados e prosperidade, sobretudo naquelas que se beneficiaram da irrigação e da abertura de novas fronteiras para a agricultura no cerrado, impulsionada por investimentos em infraestrutura e condições especiais de concessão do crédito agropecuário. Entretanto, como as possibilidades de intervenções hídricas visando à criação de perímetros de irrigação não vão além de 10% do território do Semiárido e como os solos do cerrado não ultrapassam 15% da superfície do bioma, os caminhos da prosperidade, apontados por Gomes (2001), são limitados. Para sobreviver como unidade produtiva vinculada à terra, a maioria dos estabelecimentos agrícolas familiares do Semiárido desenvolveu estratégias e arranjos em relação ao uso da terra. Entre elas merece destaque a especialização produtiva na forma da bovinocultura extensiva.

Paradoxalmente, enquanto em outras regiões do Brasil e mesmo em outros ecossistemas do Nordeste se observa tendência de incremento da pluriatividade ou diversidade produtiva, com práticas conduzidas dentro de preceitos de sustentabilidade ambiental, vide Schneider (1994, 1999, 2003), em grande parte do Semiárido se constata uma tendência contrária.

Não obstante inúmeros exemplos, em todas as regiões do Brasil, de estabelecimentos agrícolas familiares com capacidade de gestão para se diferenciar via inserção em cadeias produtivas, via comércio de bens finais, via cooperação, via prestação de serviços etc, o quadro, no que se refere às unidades de produção localizadas no Semiárido, é de empobrecimento, exclusão e dependência crescente de programas compensatórios, que podem tolher iniciativas de empreendimento e de busca de autonomia.

Diante disso, e levando em conta que a magnitude de estabelecimentos familiares excluídos pode chegar a 3,8 milhões, há que se conceber uma nova agenda de intervenções visando dinamizar a agricultura familiar no Brasil e no Nordeste, sem preconceitos, sem mitos e levando em conta que as atividades de produção vegetal e animal têm fortes condicionamentos autóctones, não podendo se

4 A Lei de Terras de 1854 não se constituiu obstáculo ao acesso à terra no Semiárido. Era uma “Lei morta”.

viabilizar em condições de risco e de imprevisibilidade, como acontece no ecossistema Semiárido. A julgar por sua história recuada e pelas vicissitudes mais contemporâneas, a agricultura familiar não se extinguirá. Entretanto, para ela devem ser dirigidos novos olhares, visto que as políticas agrárias e agrícolas recentes têm mais consagrado a pobreza, a exclusão, o *status quo*, que sinalizado processos que levem à prosperidade, direito inalienável da cidadania.

Referências

ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; UNICAMP, 1992.

ALLEN, D. W.; LUECK, D. **The nature of the farm: contracts, risk and organization in agriculture**. Cambridge: MIT Press, 2003.

ALVES, E. R. A.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. In: GASQUES, J. G. et al. **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-291.

BAIARDI, A. A agronomia brasileira visita a terra dos duendes, comentário ao artigo do pesquisador Zander Navarro. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 201-208, jul./dez. 2013.

_____. A penetração do capitalismo na agricultura e a Reforma Agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, v.12, n. 1, p. 3-13, jan./fev. 1982.

_____. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e inserção no mercado Internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz de Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. p. 285-297.

_____. Mudanças técnicas na agricultura medieval e o processo de transição para o capitalismo. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 14, n. 3, p. 449-464, set./dez. 1997.

_____. Neoprodutivismo, neoassociativismo e turismo campestre: outras faces do novo rural. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 11-25, jan. / jun. 1998.

BAIARDI, A.; DULLEY, R. D. Da falha metabólica à nanotecnologia, o pensamento progressista em relação à organização produtiva e à mudança técnica na agricultura. In: NAISY S. S. et al. (Orgs.). **Políticas Públicas, Agricultura e Meio Ambiente**. Ilhéus: SOBER/UESC, 2012. p. 562-583.

BAIARDI, A.; LIMA, G. S. Especialização produtiva

como estratégia de sobrevivência da agricultura familiar no Semiárido da Bahia. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 13., 2013, Recife. **Anais...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. v. 1., p. 351-367.

BAIARDI, A.; MENDES J. Agricultura familiar no Semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para desenvolvimento sustentável? **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 28-41, nov. 2007.

BAIARDI, A.; RIBEIRO, M. C. M. A vocação ecoturística da Chapada Diamantina e sua compatibilidade com a agricultura sustentável. In: SEMINÁRIO NACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, 5., Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2008. p. 62-81.

BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. **O desenvolvimento dos territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes**. Salvador: Repositório UFBA, 2012.

BARROS, G. S. C Agricultural policy in Brazil: subsidies and investments: In: MARTHA JUNIOR G. B; FERREIRA FILHO J. B. S (Eds.). **Brazilian agriculture development and changes**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. p. 74-103.

CARDOSO, C.F.S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHEVITARESE, A. L. **O espaço rural da pólis grega**. Rio de Janeiro: UFRJ/LHIA, 2000.

CHEVITARESE, A. L.; ARGÔLO, P. F. Os camponeses áticos e a democracia ateniense. In: CHEVITARESE, A. L (org.) **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 131-139.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrarios en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

COSTA, R. Os camponeses da Idade Média: a violência da Jacquerie (maio de 1358) na visão de Jean Froissart (c.1337-1410). In: CHEVITARESE, A. L (Org.) **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 97-115.

FANFANI, R. **Il sistema agroalimentare in Italia: i grandi cambiamenti e le tendenze recenti**. Milano: Eedagricola, 2009.

FORNAZIER, A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário**

- brasileiro:** evidências a partir do censo agropecuário de 2006. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, n. 1708).
- FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FRANCO JUNIOR, H. **A idade média, nascimento do ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2001.
- ELLIS, F. **Peasant economics: farm households and agrarian development.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GASQUES, J. G. et al. Productivity and structural transformation in Brazilian agriculture: analysis of Agricultural Census data. In: MARTHA JUNIOR G. B; FERREIRA FILHO J. B. S. (Eds.). **Brazilian agriculture development and changes.** Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. p. 43-72
- GATTO, L. **Vita quotidiana nel Medioevo.** Roma: Riuniti, 1997.
- GELNER, E. **El arado, la espada y el libro.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões.** Brasília, DF: IPEA, 2001.
- GRAZIANO da SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia, Belo Horizonte**, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- _____. **O que é a questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRAZIANO da SILVA, J. (Coord.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KAUTSKY, K. **La cuestión agraria.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1974.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LENIN, V.I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia.** Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1973.
- MACHADO, C. A. R. Grandes proprietários e colonos no baixo Império Romano. In: CHEVITARESE, A. L (Org.). **O campesinato na história.** Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 245-255.
- MARTINS, F. D. **Agrocaatinga: formação da propriedade fundiária e estrutura econômica em Morro do Chapéu e Xique Xique (1840 1920).** 2012.194f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.
- MARX, K **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1974, 6v.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.
- MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo, do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: UNESP; NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- MENDES, N. M. Inserção e desagregação: terra e o sistema republicano romano. In: CHEVITARESE, A. L (Org.). **O campesinato na história.** Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 87-98.
- MOORE, B. **Social origins of dictatorship and democracy.** Boston: Beacon Press, 1970.
- MOSELEY, K.P; WALLERSTEIN, I. Pre capitalist, social, structures. **Annual Review of Sociology**. v. 4, p. 259-290, 1978.
- MÜLLER, G. **Penetração de empresas transnacionais nos complexos agroindustriais de pecuária de carne, de pecuária de leite, cereais, oleaginosas e fumo.** São Paulo: CEBRAP, 1979.
- PEREIRA, P A. et al. The development of Brazilian agriculture, future technological challenges and opportunities. In: MARTHA JUNIOR G. B; FERREIRA FILHO J. B. S (Eds.). **Brazilian agriculture development and changes.** Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. p. 13-42.
- PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.
- REDFIELD, R. **The little community and peasant society and culture.** Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- _____. **Yucatan: una cultura en transición.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre:

Editora da UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRG, 2003.

_____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 106-132, mar./abr. 1994.

SILVA, S. S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: BELLUZO L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 177-192.

SOUZA MARTINS, J. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

SZMRECSÁNYI, T. **Análises de economia agrícola e da questão fundiária.** Campinas: UNICAMP, 1983a. (Cadernos IFCH/UNICAMP).

_____. **A pequena história da agricultura brasileira.** São Paulo: Contexto, 1990.

_____. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). O Brasil Republicano, economia e cultura. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1984. Partes 1,2 e 4.

_____. **Política agrária e relações de trabalho na produção agropecuária do Brasil contemporâneo.** Campinas: UNICAMP, 1983b. (Cadernos IFCH/UNICAMP).

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais.** Paris: Armand Colin, 1972.

_____. Naturaleza de la economía campesina. In: NUÑEZ, O. (Comp.). **Lo agrario: teoría y métodos.** San José: CR, CSUCA. p. 181-201.

VINHAS, M. **A terra, o homem, as reformas.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

WEBER, M. **The agrarian sociology of ancient civilization.** London: Verso, 1988.

_____. **História agrária romana.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Storia economica.** Roma: Donzelli Editore, 2007.